

Representantes dos 3 Poderes discutem relação institucional

19/06/2020

A epidemia de Covid-19 e a crise política que grassa no seio da República impõem uma sintonia fina entre os poderes constituídos. Orquestração que prescinde de maestro. A batuta rege-se coletivamente, com política, com diálogo, com democracia. Mas a resposta nem sempre é trivial.

TV ConJur APRESENTA SEXTA-FEIRA 19/6 às 15h AO VIVO

SAÍDA DE EMERGÊNCIA

Relações entre os poderes constituídos durante e depois da pandemia

JOSÉ ALBERTO SIMONETTI Conselheiro Federal da OAB	RICARDO LEWANDOWSKI Ministro do STF e professor da USP
JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JR. Advogado-geral da União	BALEIA ROSSI Deputado Federal e líder do MDB na Câmara dos Deputados
RENATA GIL DE ALCÂNTARA VIDEIRA Juíza de Direito e presidente da AMB	OTAVIO LUIZ RODRIGUES JR. Conselheiro do CNMP e professor da USP

REALIZAÇÃO Consultor Jurídico APOIO

Para tentar encontrá-la, uma respeitável bancada discorreu sobre os

desafios que se avizinham, em mais um episódio da série "Saída de Emergência", da **TV ConJur**, exibido nesta sexta-feira (19/6), como o mote "**Relações entre os poderes constituídos durante e depois da epidemia**", promovido com o apoio da Rede Pesquisa de Direito Civil, com a curadoria do professor **Otávio Luiz Rodrigues**, conselheiro nacional do Ministério Público.

Como bem resumiu uma das debatedoras, a juíza de Direito e presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, **Renata Gil de Alcântara Videira**, foi uma mesa de relações institucionais. Isso porque dela participaram integrantes dos três poderes: o ministro **Ricardo Lewandowski**, ex-presidente do STF e Livre-Docente em Teoria Geral do Estado, pela USP, além de um dos maiores estudiosos do federalismo e do papel do Estado na Democracia de hoje; o deputado federal **Baleia Rossi**, líder do MDB na Câmara Federal; o advogado-Geral da União, **José Levi Mello Amaral**, também livre-docente, grande constitucionalista e professor da USP.

Também integrou a banca o conselheiro federal da OAB **Alberto Simonetti**. A costura entre as intervenções coube ao professor Otávio.

Estado de coisas

Lewandowski discorreu sobre o papel do Estado no período pós-epidemia. Para tanto, esclareceu que os estados nacionais constituem fenômeno recente na história: surgiram há cerca de 500 anos, depois de quase dez séculos de fragmentação de poder, após o fim do Império Romano.

Após consolidados, no entanto, o avanço da globalização criou uma nova ordem de poder: as soberanias estatais foram se esgarçando, sobretudo no plano econômico, dando lugar ao capitalismo internacional. As decisões, assim, passaram a ficar em mãos alheias às dos estados e a serem tomadas de forma difusa. A ponto de Francis Fukuyama vaticinar o fim da história.



Mas eventos recentes, segundo o ministro, mostram que os estados podem voltar a ter força: primeiro, por causa da crise financeira de 2008, ainda não estancada. Segundo, em decorrência do avanço do nacionalismo em vários países. E, agora, em virtude da Covid-19.

"Com a pandemia, se vê novamente a importância do Estado para retomada não apenas do desenvolvimento econômico, mas também as desigualdades sociais se tornaram muito patentes, e só o Estado é o agente que teria condições de superá-las", afirma.

Menos Brasília

Lewandowski lembrou também que o federalismo pressupõe a descentralização do poder e, conseqüentemente, a proximidade com os cidadãos. A epidemia, assim, teria revelado a importância do poder local, e o STF, em alguns julgados reforçou esse estado de coisas. "O STF, em várias decisões, reforçou esse federalismo. Este, que era altamente concentrador de rendas e competências no governo central, em razão da pandemia, e em função de decisões do STF, a meu ver começa a dar uma guinada importantíssima: a valorização do poder local", diz.

Nesse sentido, Simonetti lembrou que a Constituição prevê a competência concorrente entre os entes federativos no campo da saúde. Ao ser questionado sobre a possível existência de uma moderação "de fato", a ser exercida por alguma instituição específica, o advogado lembrou que apenas o sistema de freios e contrapesos entre os poderes é que regulam o sistema político, com controle recíproco entre os poderes. Não cabe às Forças Armadas ser o fiel dessa balança.

União

O AGU, José Levi, falou sobre os desafios impostos ao Executivo. E foi peremptório: o Executivo federal "deverá levar a efeito políticas públicas vocacionadas recompor as coisas em sua devida normalidade, buscando o máximo de segurança jurídica". Para tanto, deverá empreender diálogo estreito com o Parlamento e com o Judiciário, caso haja judicialização.

Para Renata Gil, em consonância com os demais participantes do seminário, lembrou que a democracia brasileira está consolidada e é muito forte. "Nós temos instituições que funcionam. O que precisamos é resgatar a conexão com a sociedade, mas sem atalhos", disse ela.

Baleia Rossi já havia falado sobre a importância dos partidos nas democracias representativas, apesar de eles estarem se reconstruindo. Também mencionou que a reforma tributária pode ser uma das saídas de emergência — ele é autor de uma das propostas, a PEC 45.

Clique [aqui](#) para acompanhar ou assista abaixo:

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2020-jun-19/representantes-poderes-discutem-relacao-institucional-2/>